

## **O CRESCIMENTO DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA FACE A CRISE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Autores:** Alessandra Mihailidou Canuto  
Maria Fernanda Otero Fernandes  
**Orientador:** José Carlos Thomaz

### **RESUMO**

O presente trabalho procura analisar a Previdência Social brasileira e o crescimento das adesões a planos de Previdência Privada Aberta. A Previdência Privada Aberta constitui-se na oferta de planos previdenciários a pessoas físicas ou jurídicas por meio de instituições autorizadas a sua venda. Este setor vem respondendo com taxa de crescimento de 45% ao ano. Diante deste mercado as instituições utilizam-se da diversificação e flexibilização dos produtos, além da facilidade de aquisição, para impulsionar ainda mais as suas vendas. No presente estudo, foi questionado se há relação entre o aumento das aquisições do plano privado e a crise da Previdência Social, verificando-se qual foi o principal motivo que levou às aquisições. Para que esta questão fosse respondida, foram feitas entrevistas e utilizou-se o método de pesquisa quantitativa descritiva para análise dos dados, levando à conclusão que o crescimento na aquisição por planos de Previdência Privada Aberta está relacionado à crise da Previdência Social.

Palavras-chave: Previdência Social, Crise da Previdência Social, Previdência Privada Aberta

### **ABSTRACT**

This study shows how the private social security market is growing due the welfare bankrupt, analyzing the Complementary Social Security recent increase. Based on this, this study is to clarify the main reason of the private social security plan purchase. During this favorable market, a lot of social security plans are offered, showing different reasons to purchase long-time investment, diversity of plans and flexibility. All reasons presented are explained in this study.

Keywords: Private Social Security, Complementary Social Security Increase

## **O CRESCIMENTO DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA FACE A CRISE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

### **INTRODUÇÃO**

O tema previdência ganha a cada dia mais espaço no cotidiano do brasileiro, que tem como preocupação a manutenção do seu padrão de vida, visto que existe uma realidade que não se pode desprezar: o término da fase produtiva e início de uma etapa de retiro.

Diariamente, são veiculados na imprensa problemas financeiros enfrentados pela Previdência Social, que vão desde a sonegação por parte de quem deveria recolher as contribuições, até a outra ponta da linha, com a falência do modelo de repartição, falsas aposentadorias, desfalque do caixa previdenciário, redução do trabalho formal e das taxas de natalidade e o aumento da expectativa de vida. Somam-se a estes problemas, fatores históricos como a utilização dos recursos do caixa da previdência para financiar e/ou impulsionar o desenvolvimento econômico do país.

Começa então a surgir preocupações com a manutenção da renda e da qualidade de vida, visto que a sociedade já não confia mais nas Instituições Públicas, ou seja, na Previdência Social e em sua política de benefícios. A falta de credibilidade decorre principalmente da crise previdenciária anunciada desde o final dos anos 70, que atualmente atinge níveis críticos, pois a relação que um dia foi de 15 trabalhadores na ativa para um aposentado, chega a apenas dois trabalhadores contribuindo para cada aposentado.

Este conjunto de fatores proporciona uma discussão e uma mudança no cenário econômico atual: a Reforma da Previdência Social.

No final de 1999, a União introduziu uma série de mudanças visando o equilíbrio de suas contas previdenciárias. Essas medidas causaram a redução do valor médio dos benefícios e o aumento no tempo de trabalho necessário para a concessão da aposentadoria.

Todas as idéias até agora apresentadas pelo governo, sobre a reforma da Previdência Social, giram em torno de três questões básicas: os critérios de concessão da aposentadoria, a forma como a sociedade financiará esses benefícios e a participação das contas de previdência na formação do *déficit* público.

E é neste momento, às vésperas da aprovação da Reforma da Previdência Social, que o termo Previdência Privada vem sendo exaustivamente empregado. E a razão é simples: seja qual for o modelo de Previdência Social que venha a ser votado, a Previdência Privada poderá ser a opção para muitos, pelo menos durante a próxima década e até que a Previdência Social se recupere de sua crise.

O efeito prático desta crise é o descrédito do seu público, que pode gerar a migração para os serviços privados. Outro fator que potencializou este mercado foi a estabilidade econômica, conseguida a partir do Plano Real, que trouxe a volta da previsibilidade por parte dos agentes econômicos, sobretudo às famílias que passaram a ter um horizonte de planejamento de suas receitas e despesas.

Atentas a esse cenário, empresas privadas (Instituições Financeiras e Seguradoras nacionais e estrangeiras) estão disputando este mercado, criando a cada dia novas alternativas para o consumidor e melhorando o posicionamento de seus produtos.

Até 1994, antes do plano Real, somente quatro empresas ofereciam planos abertos ao consumidor brasileiro e atualmente quase 30 empresas, entre seguradoras ligadas a bancos e independentes, operam no país.

O segmento vem respondendo positivamente, com taxas de crescimento de até 45% ao ano e diversas são as razões para este extraordinário avanço, as quais podem ser divididas em três grupos: macroeconômicas, mercadológicas e institucionais.

As razões macroeconômicas se baseiam no fim da indexação, estabilidade da moeda, controle da inflação e maior horizonte de investimentos. Por outro lado, as razões mercadológicas envolvem: entrada de novas empresas, mudanças na regulamentação, introdução de novos produtos e maior exposição nos meios de comunicação.

Portanto, as perspectivas não poderiam ser melhores, pois nenhum outro momento dos últimos vinte e três anos, data da lei que regulamentou o setor, foi tão favorável para a expansão da Previdência Privada. A combinação de taxas de juros nominais e reais mais baixas, inflação de um dígito alinhada aos padrões de países desenvolvidos, relativo equilíbrio das contas públicas, taxas de câmbio ajustadas, e investimento estrangeiro direto crescente, apontam para um período de crescimento econômico significativo.

A crise previdenciária social está sendo pauta das principais discussões governamentais do país e talvez a migração para os serviços privados seja o resultado da falta de credibilidade no governo. Nesse sentido, espera-se que o estudo do problema desta pesquisa – há relação entre o crescimento do número de aquisições de planos de previdência privada e a crise da previdência social? - contribua para o seu melhor entendimento e para uma reflexão crítica sobre a questão.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Para ser possível um entendimento mais aprofundado sobre os objetos de estudo, é necessário que a previdência social e a previdência privada sejam estrutural e historicamente examinadas. Requer também o exame do mercado de previdência privada.

### **Previdência Social**

Arruda (2000) conceitua Seguridade Social como o sistema de garantia de renda prolongada pelo exercício de determinada atividade profissional, ou seja, para se receber o direito de determinada prestação, em troca tem que se ter contribuído com a Previdência Social. A Seguridade Social deve ser entendida como um conjunto de medidas com as quais o Estado, agente da sociedade, procura atender a necessidade que o ser humano tem de segurança e tranquilidade. E caracteriza-se pelo regime de caixa ou repartição simples, em que não há patrimônio acumulado previamente, de modo que o dinheiro que entra das contribuições é imediatamente utilizado no pagamento das aposentadorias e pensões.

Segundo Ciquine (2002), o financiamento dos sistemas previdenciários pode ser realizado através de dois regimes: o de repartição e o de capitalização.

O regime de repartição funciona como um orçamento anual, onde os trabalhadores e empregadores de hoje contribuem para possibilitar o pagamento dos trabalhadores de ontem, que agora estão aposentados. Por sua vez, os trabalhadores atualmente em atividade terão, no futuro, quando

passarem à inatividade, suas aposentadorias financiadas pelos trabalhadores de então.

Já no regime de capitalização, o trabalhador de hoje financia a sua própria aposentadoria futura. As suas contribuições mensais vão sendo aplicadas e capitalizadas como se o empregado fosse colocando uma parcela de seu rendimento mensal num fundo financeiro ou em uma poupança, e os seus rendimentos somente serão retirados no momento de sua aposentadoria, de acordo com regras determinadas. Tal regime é utilizado para o financiamento dos sistemas públicos e complementares.

Conforme Oliveira (1997) outra característica universal de previdência estatal é ser compulsória. Dela participam obrigatoriamente todos os trabalhadores registrados em carteira, seu efeito é distributivo e o regime de benefícios é definido, havendo um piso (valor mínimo) e um teto (valor máximo).

No Brasil, a primeira manifestação oficial do sistema previdenciário ocorreu através da denominada "Lei Eloy Chaves", em 1923, que determinava a criação de caixas de aposentadorias e pensões nas empresas ferroviárias existentes na época.

Em 1988, com a promulgação da nova Constituição, a seguridade social passou a ser caracterizada como um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social. Com a promulgação da Constituição houve uma evolução considerável na área social, acompanhada por um aumento significativo nos gastos previdenciários.

A questão que envolvia a capacidade de a previdência financiar os novos direitos previdenciários foi objeto de muita discussão durante o período que se segue à aprovação da Constituição até a publicação do Plano de Custeio e Organização da Seguridade, o que só aconteceu em 1991. Argumentava-se, sobretudo, que a crise da previdência (acrescida com as novas responsabilidades expressas na Constituição) prendia-se a um esgotamento do padrão de financiamento adotado até então.

Entre 1923 e 1990 houve um forte crescimento dos componentes do sistema. A população economicamente ativa (PEA) urbana passou de cerca de cinco para 45 milhões de pessoas entre 1940 e 1990. No entanto, o número de contribuintes cresceu relativamente pouco até 1967, e foi intensificado desta data até 1990, quando chegou aos 30 milhões de contribuintes.

Entre 1950 e 1960 o fenômeno da industrialização levou ao crescimento do número de contribuintes, que passaram à situação de pensionistas e aposentados no início da década de 80.

No fim da década de 60, com a economia se expandindo, havia cinco contribuintes para cada beneficiário. Nos anos 70 a relação caiu para quatro para um. Ainda assim, Oliveira (1997) diz que na década de 70 houve um forte crescimento do número de contribuintes se comparado com o crescimento do PEA. Porém a primeira metade da década de 80 teve um estancamento no mercado formal, o que fez com que as taxas de trabalho informal aumentassem e como consequência houvesse um menor número de contribuintes. Embora a partir da segunda metade de 80 o número de contribuintes aumentasse, ainda há um improvável caminho para transformar toda a PEA em contribuintes.

A Relação que no Brasil já foi de 15 trabalhadores na ativa para cada aposentado, hoje se situa em torno de dois contribuintes por beneficiário, e esta relação tende a cair nos próximos anos se a taxa de formalização não tiver crescimento, ou seja, se as regras de concessão de benefícios não forem alteradas. Os principais contribuintes da Previdência Social estão mostrados na Tabela 1.

Tabela 1 – Contribuintes da Previdência Social.

Fonte: DATAPREV (2003)

<b>CONTRIBUINTES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL 2002</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>28.251.106</b>
Empregados	21.725.833
Trabalhador Doméstico	1.660.269
Contribuinte Individual	4.272.781
Facultativo	561.146
Segurado Especial	23.205
Ignorado	7.872

Tendo-se em vista que o regime é de repartição, com as transferências da União cobrindo eventuais *déficits*, o sistema não entrará em falência, mas é permanentemente insolvente, pois quando há insuficiência de recursos para a cobertura dos compromissos, ou se recorre a aumentos nas contribuições (aumentos de alíquotas, elevação de teto de contribuições e novas bases de contribuição) ou se recorre aos recursos da União.

Para Velloso (2003), todo regime de repartição que faz pagamentos de aposentadoria em seu valor integral, onde o número de contribuintes não é suficiente, conseqüentemente possui grandes chances de não dar certo. Outro fator importante é o aumento dos benefícios que são pagos anualmente. Segundo os dados do DATAPREV, a evolução dos benefícios concedidos de 2000 até 2003, mostram uma média de crescimento de 28,62%.

Com base neste cenário, para Siqueira (2002) surgem pelo menos quatro motivos para se pensar na Reforma da Previdência, além de se justificar dizendo que o peso com o gasto de aposentadorias no orçamento do governo vêm sendo esmagador. São eles:

- Há uma grande disparidade entre o valor dos benefícios previdenciários pagos a diferentes tipos de segurados. Enquanto os aposentados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) recebem em média menos de dois salários mínimos mensais, o valor médio das aposentadorias dos servidores públicos federais é de 15 salários mínimos, e no Poder Judiciário é de 33 salários mínimos. Como resultado, 51% do total dos gastos com aposentadorias e pensões é apropriado por aqueles que se encontram entre os 10% mais ricos da população. Dessa forma, o governo acaba reproduzindo a extrema desigualdade de renda observada no mercado.
- A previdência não tem funcionado como um seguro, apresentando em grande parte um caráter não-contributivo, no sentido de que há uma fraca correspondência entre benefícios percebidos e contribuições prévias realizadas. Essa desvinculação entre benefícios e contribuições tem colaborado para gerar um *déficit* previdenciário crescente, financiado com recursos gerais do Estado (receita do Tesouro).
- O *déficit* da previdência tem sido financiado através de contribuições sociais cumulativas (principalmente a COFINS) que, além de distorcer a atividade produtiva, tendem a ser repassadas para todos os consumidores através do aumento de preços dos bens e serviços. Portanto, até os 40 milhões de brasileiros que hoje não estão cobertos pelo sistema previdenciário estão indiretamente contribuindo para seu financiamento.
- O gasto exorbitante com a previdência, combinado com seu caráter obrigatório, introduz grande rigidez no orçamento do governo, deixando um espaço muito limitado para os gastos

essencialmente redistributivos e de redução da pobreza. Ressalte-se que a despesa com aposentadorias e pensões representa mais de 60% do gasto social direto do governo federal.

Para Silva (2002), assim como em outros países, no Brasil os problemas na Previdência Social surgiram face ao envelhecimento populacional e ao aumento da taxa de informalidade do mercado de trabalho.

Pode-se observar que desde 1940 vem se desenvolvendo um processo de redução da mortalidade incentivada pelo governo, com o combate à mortalidade infantil, fazendo que com isto a população cresça. Este processo começou a gerar suas transformações em 1970, quando a população era constituída em grande parte por jovens e que hoje alguns já são beneficiários do sistema.

Tem-se em contra-partida a queda da taxa de fecundidade no Brasil. Em 1960 cada mulher tinha em média 6,2 filhos vivos e este índice decresceu para 2,2 em 2002. Esta projeção aponta uma estabilidade a partir de 2020 onde apontam a taxa por volta de 2,06 filhos. A expectativa de vida média cresceu consideravelmente: as mulheres tinham a perspectiva de viverem em média até os 39 anos e os homens até os 43; hoje estes números elevaram-se para 72,6 para as mulheres e 64,8 para os homens.

Outro fator importante a ser mencionando é a relação com o emprego. Desde o início da década de 90 houve um aumento do trabalho informal e a participação dos trabalhadores com carteira assinada diminuiu de 34,2 milhões em 1992 para 32 milhões em 1999. No mesmo período houve o aumento do número dos trabalhadores sem carteira assinada, dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria, mostrando assim a migração das atividades.

Neri (2003) afirma que de um total 64 milhões de trabalhadores do setor privado, 39,5 milhões, que corresponde a 62%, não contribuem para a Previdência Social. Em 1985 este percentual era de 53%. O crescimento da evasão previdenciária prejudica tanto a área fiscal quanto as pessoas que precisam de seus benefícios, tais como auxílios para acidentes de trabalho, maternidade, viuvez e velhice.

Deixando de lado as mudanças demográficas e os pagamentos de benefícios, a grande culpa de toda esta cadeia de problemas é do círculo vicioso entre a evasão e as alíquotas recebidas. Dentre tantos indícios, são claros o envelhecimento gradual da população, a fragilidade da organização administrativa do Ministério da Previdência Social, a ausência de controles efetivos sobre os processos de concessão de aposentadorias e pensões e por fim a imensa corrupção presente nesses processos.

Desta forma, existe um consenso entre os estudiosos dessa área, que apontam a Reforma da Previdência Social como solução para estes problemas.

### **Previdência Privada**

Ricoli (2001) conceitua a Previdência Privada como um sistema de complemento da aposentadoria oficial e baseia-se no conceito de uma reserva financeira que o indivíduo vai acumulando durante determinado período. É, portanto, uma poupança de longo prazo que pode retornar ao poupador na forma de um saque total ou então se tornar um benefício a ser recebido em determinado período ou de forma vitalícia.

Segundo Guimarães (2001), o sistema previdenciário brasileiro é constituído por três diferentes segmentos: a Previdência Social Pública, a Previdência Complementar Privada Fechada e a Previdência Complementar Privada Aberta.

A diferença conceitual básica entre a Previdência Privada Aberta e a Previdência Privada Fechada é que a primeira pode ser contratada por todo cidadão que deseja ingressar num desses planos, ao passo que a Previdência Fechada aceita apenas pessoas que integram um determinado grupo, normalmente vinculado a uma empresa ou a um conglomerado.

Os planos são parecidos e se baseiam em fundos compostos pela contribuição de seus integrantes. Vale ressaltar que os planos abertos podem ter a adesão de qualquer pessoa, inclusive funcionários de uma empresa ou conglomerado, que por qualquer razão prefere não ter um fundo de pensão próprio, e por isso encaminha seus funcionários para um plano aberto. Também existe a situação em que, durante um período, os funcionários permanecem no plano fechado ligado à empresa, para depois, ocorrendo certas situações pré-estabelecidas, serem transferidos para um plano de previdência privada aberto.

De acordo com Pagetti (1999), o atual sistema de Previdência Privada existente no Brasil foi instituído pela Lei nº 6.435, de julho de 1977 e regulamentado pelos Decretos nº 81.240/78 e 81.402/78. O primeiro refere-se às entidades fechadas e o segundo às entidades abertas.

Essa lei estabelece os órgãos públicos de controle para as entidades de Previdência, o que conceitualmente suplementa a monitoração privada. Os órgãos de controle são:

- A Secretaria de Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), para as entidades fechadas; e
- A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) do Ministério da Fazenda, para as entidades abertas.

Para Guimarães (2001), as Entidades Abertas de Previdência Privada são sociedades constituídas com a finalidade de instituir planos de pecúlio ou renda, podendo ser sem fins lucrativos ou não.

A gestão dos recursos é feita por bancos de investimentos, onde as contribuições dos participantes são aplicadas em carteiras de investimentos, para formar as reservas técnicas que servirão para pagar os beneficiários.

Atualmente, o mercado de Previdência Privada oferece basicamente três tipos de produtos: os de rentabilidade garantida, os de rentabilidade total e os de pecúlio.

Todos os planos oferecidos pela Previdência Privada Aberta atualmente são de contribuição variável, nos quais o valor e o prazo da contribuição podem ou não ser estipulados previamente.

Segundo Arruda (2000) as Entidades Abertas de Previdência Privada oferecem dois tipos de planos previdenciários: o individual, onde o público-alvo são as pessoas físicas; e o plano coletivo, destinado à pessoa jurídica, que garante os benefícios previdenciários a um grupo de pessoas vinculadas, direta ou indiretamente, à pessoa jurídica. É importante ressaltar que existe a possibilidade da contratação a favor de uma terceira pessoa nos planos individuais, como, por exemplo, a contratação de um plano por um irmão em favor do outro.

Já nos planos coletivos cabe destacar que poderá assumir a característica de contributivo, ou não, de acordo com a participação dos empregados e diretores da contratante. Isto significa que o plano coletivo não contributivo é aquele em que a pessoa jurídica contratante participa, integralmente, do custeio do plano previdenciário.

Os planos podem ser de duas formas: de benefício definido, que é aquele em que o valor do benefício é definido na data da contratação do plano, e o de benefício não-definido, onde caso o contratante não cumpra seu plano de versamentos, nem no montante, nem na periodicidade, isto não

acarretará na inadimplência da parte contratante, o que já não ocorre nos planos de benefício definido.

Ricioli (2001) reforça que os chamados planos tradicionais, oferecidos pelas Entidades Abertas de Previdência Privada (EAPPs), têm como característica básica oferecer garantia de rendimentos, pois garantem juros pré-estabelecidos além de correção monetária, acrescidas de juros que são incorporados à reserva de benefícios do participante.

Ao lado do tradicional plano de benefício não definido ou variável, foram criadas duas espécies de planos de contribuição variável: o Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL e o Fundo de Aposentadoria Programada Individual – FAPI.

Para Arruda (2000), o FAPI é um fundo de investimento exclusivo em que o participante passa a obter os rendimentos da carteira montada pelo administrador.

Conforme Ricioli (2001), já o PGBL é um plano que não apresenta garantia de rentabilidade, porém possui uma flexibilidade na formação de carteiras de investimentos que pode variar entre 100% de renda fixa até 49% de renda variável, diferentemente do que ocorre com o FAPI. A rentabilidade deste plano é totalmente transferida ao investidor, que paga apenas a taxa de administração ao gestor dos fundos.

### **Mercado de Previdência Privada**

Segundo Ricioli (2001), o mercado de Previdência Privada é constituído basicamente por Instituições Financeiras e Seguradoras, que oferecem seus produtos no mercado, e pela população que tem acesso aos produtos de Previdência Privada Aberta.

Clapp (2003) informa que esse mercado é muito concentrado embora seja disputado por muitas companhias. Pode-se observar que as empresas líderes no mercado pertencem a grupos bancários, que representam um importante canal de distribuição destes produtos, através de suas agências bancárias espalhadas por todo país.

Para Matesco (2003), a presença das estrangeiras no setor também é crescente e o interesse do investidor externo no mercado segurador brasileiro tem se manifestado por algumas razões: eliminação de restrições ao capital estrangeiro e estabilidade econômica, baixa penetração da atividade seguradora no Brasil. Esta presença aumenta a concorrência e estimula a diversificação dos produtos.

De modo geral, Ricioli (2001) destaca que o público-alvo da previdência privada aberta é composto por pessoas que buscam a garantia do mesmo padrão de vida, ou algo equiparado a este, durante o período de sua aposentadoria, fazendo com que a renda mensal obtida durante o período de vida produtivo, não sofra uma significativa redução com a aposentadoria.

Para Mota Filho (2000), além do profundo sentido social da Previdência Privada, ela desempenha uma significativa função econômica, de amplos reflexos na estruturação da sociedade nacional. Os ativos das Entidades Abertas de Previdência Privada constituem-se num dos mais expressivos mecanismos de formação de poupança interna, assim como o segmento das entidades fechadas que acumulam patrimônios significativos.

A Previdência Privada é hoje o maior investidor institucional do país. Seus ativos financeiros estão a serviço da economia nacional, fortalecendo as atividades produtivas e servindo à política econômica, uma vez que suas aplicações são direcionadas pelos órgãos governamentais.

Para Ricioli (2001), a cultura de previdência complementar já é bastante difundida nas economias mais desenvolvidas, onde os montantes de recursos financeiros aplicados em fundos de previdência chegam a superar o PIB do próprio país.

Segundo Souza (1998), pode-se dizer que no processo de globalização econômica e cultural, os acessos a produtos e experiências produzidas por outros países trouxeram também o conceito de previdência complementar que está inserido na própria cultura de poupança.

Porém, cabe destacar que apenas uma pequena parcela da população brasileira tem condições de financiar sua poupança futura.

Um outro aspecto que deve ser considerado é a questão da manutenção da qualidade de vida durante o período da aposentadoria. Desta forma, as pessoas estão tomando consciência que para a manutenção de seus atuais padrões de vida, será necessário algum tipo de provisionamento de recursos para a utilização futura. E, é dentro deste contexto que a previdência complementar surge como opção de investimento.

De acordo com Lubiato (2002), na década de 50, para cada aposentado brasileiro havia oito trabalhadores na ativa. Hoje a proporção é de 2,3 para 1. Se chegar a 2 para 1, a arrecadação necessária para manter o sistema poderá consumir até 50% da folha de pagamento dos trabalhadores. Estima-se que se nada mudar, o *déficit* da Previdência chegará, no ano 2020, a 4,2% do PIB, o que hoje representa mais de R\$ 30 bilhões. Segundo dados do Ministério da Previdência, o *déficit* estimado para 2020 ronda a casa dos R\$ 5 bilhões.

Para Clapp (2003), a maneira encontrada pelo governo para conter esse *déficit* foi a Reforma da Previdência Social, que não é nada simpática à maioria dos brasileiros, mas parece ser a única maneira de conter a quebra geral do sistema. O maior interesse do brasileiro pelos planos de previdência fica evidente quando se analisa a taxa de crescimento do faturamento do setor nos últimos anos. Neste contexto, destaca-se o *marketing* competente feito pelas instituições financeiras, que se aproveitaram do frágil momento de incerteza para vender seus produtos.

Segundo Lubiato (2002), outro fator importante apontado por analistas do setor de seguros e previdência, é que a previdência privada só consegue se desenvolver sob certas condições macroeconômicas, que apenas em meados da década de 90 passaram a ser encontradas no Brasil. A estabilidade dos preços é um desses fatores, pois somente num cenário de inflação sob controle é possível que os agentes econômicos façam projeções sobre o futuro.

De acordo com Velloso (2003), nos últimos anos a previdência privada aberta, até por se basear num sistema de poupança pessoal, vem ganhando espaço no mercado pela melhor remuneração dos investimentos de cada participante e pela possibilidade da atuação mais ativa do segurado na gestão do seu próprio fundo, definindo seu grau de agressividade e risco, mas principalmente pela portabilidade.

Segundo os dados da ANAPP (2003), se as projeções se confirmarem, em 2012 a previdência privada aberta será quase o dobro do mercado de seguros, cujo faturamento no mesmo ano terá atingido R\$71,6 bilhões, ponderando crescimentos anuais de 10%.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para verificar se o crescimento das adesões a planos de Previdência Privada Aberta está relacionado com a crise da Previdência Social, neste estudo tomou-se a “crise da Previdência Social” como variável independente e o “crescimento da procura por planos de Previdência Privada Aberta” como

variável dependente. A crise da Previdência foi representada por atributos como rebaixamento do teto da aposentadoria, debate sobre a reforma e falta de credibilidade na previdência social.

Para buscar o objetivo geral de se verificar a relação entre as variáveis, os seguintes objetivos específicos foram fixados:

- Analisar o perfil dos indivíduos que adquirem planos de previdência Privada Aberta;
- Conhecer os fatores que levaram estes indivíduos a adquirirem planos de Previdência Privada Aberta; e
- Verificar se estes fatores estão relacionados com a crise da Previdência Social.

O tipo de pesquisa para este trabalho foi a pesquisa quantitativa descritiva. Para correlacionar as variáveis desta pesquisa, foi coletada a opinião de uma amostra de habitantes do município de São Paulo, por conveniência, caracterizando um estudo não probabilístico. A amostra selecionada é composta por 70 sujeitos que responderam a um questionário. A aplicação dos questionários à amostra ocorreu por e-mail ou por entrevistas pessoais.

O questionário foi composto por afirmações com respostas fechadas, para as quais se pediu que o entrevistado atribuísse uma avaliação que refletisse, segundo seu parecer, o grau de influência de cada um dos atributos contidos nas afirmações, a saber: não influenciou, influenciou pouco, influenciou muito e indiferente. Essas medidas foram ponderadas, atribuindo-se peso 0 (zero) para não influenciou, peso 1 para indiferente, peso 2 para influenciou pouco e peso 4 para influenciou muito. Essa ponderação procurou diferenciar as avaliações atribuídas através da utilização de progressão geométrica.

O peso zero atribuído à opção "não influenciou" tem o objetivo de, no tratamento dos dados, anular de fato sua influência na avaliação do conjunto dos atributos. O peso 1 atribuído à opção "indiferente", por sua vez, visou mantê-la neutra na avaliação.

Estatisticamente a análise dos dados se deu por tratamento de médias e de estudo de correlação. Num primeiro momento, os dados brutos foram submetidos à análise de correlação não paramétrica. A seguir, os dados foram ponderados e, uma vez desprovidos de sua característica ordinal, foram submetidos à análise de correlação de Pearson.

## **ANÁLISE DOS DADOS**

Com base na pesquisa efetuada foram extraídos os seguintes dados: 57% dos indivíduos possuem previdência privada, porém os que não possuem demonstraram interesse em adquirir um plano e colocaram como principal fator da não adesão a falta de condição financeira.

Um fator importante é que apenas 8,6% dos que possuem planos, estes são vinculados à empresa onde trabalham.

No perfil das pessoas, tem predominância o sexo feminino, solteiro, superior incompleto, sem dependentes, com idade entre 25 e 40 anos e faixa salarial acima de R\$3.000,00.

Identificou-se que para 70% dos entrevistados a estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real a partir de 1994 teve influência sobre a aquisição de plano de previdência privada, sendo que para 40% essa influência foi grande.

O caráter de complementaridade ao baixo valor do teto da aposentadoria oficial foi ressaltado por 60% dos entrevistados que possuem planos, sendo, portanto, um fator de grande influência.

Verificou-se também que o debate sobre a previdência influenciou, em diferentes níveis, a 60% dos entrevistados.

Analisando-se os principais motivos que levaram estes indivíduos a adquirirem os planos, identificou-se que o fator que teve maior influência para a aquisição de um plano de previdência foi a preocupação com o futuro. Em segundo e terceiro lugares, respectivamente, considerou-se de grande influência a falta de credibilidade no Sistema Previdenciário existente, e a preocupação com o teto da aposentadoria que será adotado após a reforma, como se observa no gráfico 1.

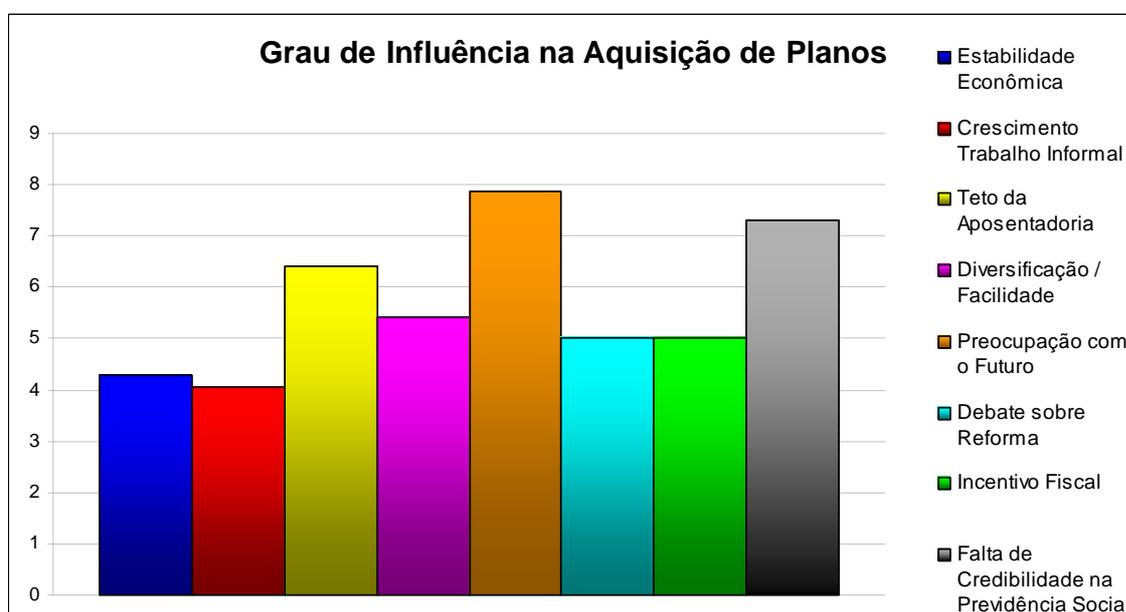


Gráfico 1 Fatores que influenciam a aquisição de planos

Fonte: os autores

Essa análise é corroborada pelo estudo de correlação. Tomando-se os coeficientes de Kendall e os coeficientes de Spearman, não paramétricos, têm-se as mais fortes correlações entre a credibilidade do sistema previdenciário e a preocupação com o futuro (0,479 e 0,491), seguido de perto pelas correlações entre debate e teto (0,326 e 0,376), conforme se observa na Tabela 2.

É interessante notar que os esforços do governo em incentivar os planos privados vêm dando resultado, pois, como se percebe nesta amostra, é forte a correlação entre incentivos fiscais e estabilidade econômica (0,353 e 0,413), teto da aposentadoria (0,342 e 0,384) e debate sobre a previdência (0,438 e 0,485). Uma vez que o governo não consegue desatar o nó previdenciário, tem contribuído para com os provedores particulares de previdência, principalmente, e para com o público ao conceder incentivos que levam contribuintes para o sistema particular.

Tabela 2 Coeficientes de correlação não-paramétrica  
Fonte: os autores

		Estabilidade	Crescimento informal.	Teto benef.	Diversific.	Preocupaçã o futuro	Debate	Incentivo	Credibilidade	
Kendall's tau_b	Estabilidade econômica	Correlation Coefficient	1,000	,099	,266	,107	-,006	,344*	,353*	,073
		Sig. (2-tailed)	,	,502	,081	,472	,969	,020	,017	,642
		N	34	34	34	34	34	34	34	34
	Crescimento da Informalidade	Correlation Coefficient	,099	1,000	,079	-,017	,271	,248	,295*	,116
		Sig. (2-tailed)	,502	,	,602	,907	,092	,093	,047	,460
		N	34	34	34	34	34	34	34	34
	Teto do benefício	Correlation Coefficient	,266	,079	1,000	,253	,014	,326*	,342*	,041
		Sig. (2-tailed)	,081	,602	,	,099	,933	,032	,025	,799
		N	34	34	34	34	34	34	34	34
	Diversificação de produtos	Correlation Coefficient	,107	-,017	,253	1,000	,177	,291*	,098	,010
		Sig. (2-tailed)	,472	,907	,099	,	,274	,050	,514	,948
		N	34	34	34	34	34	34	34	34
Preocupaçã o com o futuro	Correlation Coefficient	-,006	,271	,014	,177	1,000	,153	,161	,479**	
	Sig. (2-tailed)	,969	,092	,933	,274	,	,340	,318	,005	
	N	34	34	34	34	34	34	34	34	
Debate sobre a previdência	Correlation Coefficient	,344*	,248	,326*	,291*	,153	1,000	,438**	,164	
	Sig. (2-tailed)	,020	,093	,032	,050	,340	,	,003	,293	
	N	34	34	34	34	34	34	34	34	
Incentivos fiscais	Correlation Coefficient	,353*	,295*	,342*	,098	,161	,438**	1,000	,133	
	Sig. (2-tailed)	,017	,047	,025	,514	,318	,003	,	,397	
	N	34	34	34	34	34	34	34	34	
Credibilidade do sistema público	Correlation Coefficient	,073	,116	,041	,010	,479**	,164	,133	1,000	
	Sig. (2-tailed)	,642	,460	,799	,948	,005	,293	,397	,	
	N	34	34	34	34	34	34	34	34	
Spearman's rho	Estabilidade econômica	Correlation Coefficient	1,000	,113	,306	,123	-,007	,387*	,413*	,079
		Sig. (2-tailed)	,	,525	,078	,489	,970	,024	,015	,655
		N	34	34	34	34	34	34	34	34
	Crescimento da Informalidade	Correlation Coefficient	,113	1,000	,091	-,013	,293	,287	,341*	,133
		Sig. (2-tailed)	,525	,	,609	,943	,092	,099	,048	,453
		N	34	34	34	34	34	34	34	34
	Teto do benefício	Correlation Coefficient	,306	,091	1,000	,292	,015	,376*	,384*	,051
		Sig. (2-tailed)	,078	,609	,	,094	,934	,029	,025	,774
		N	34	34	34	34	34	34	34	34
	Diversificação de produtos	Correlation Coefficient	,123	-,013	,292	1,000	,191	,327	,109	,010
		Sig. (2-tailed)	,489	,943	,094	,	,280	,059	,538	,956
		N	34	34	34	34	34	34	34	34
Preocupaçã o com o futuro	Correlation Coefficient	-,007	,293	,015	,191	1,000	,166	,174	,491**	
	Sig. (2-tailed)	,970	,092	,934	,280	,	,347	,325	,003	
	N	34	34	34	34	34	34	34	34	
Debate sobre a previdência	Correlation Coefficient	,387*	,287	,376*	,327	,166	1,000	,485**	,183	
	Sig. (2-tailed)	,024	,099	,029	,059	,347	,	,004	,300	
	N	34	34	34	34	34	34	34	34	
Incentivos fiscais	Correlation Coefficient	,413*	,341*	,384*	,109	,174	,485**	1,000	,143	
	Sig. (2-tailed)	,015	,048	,025	,538	,325	,004	,	,420	
	N	34	34	34	34	34	34	34	34	
Credibilidade do sistema público	Correlation Coefficient	,079	,133	,051	,010	,491**	,183	,143	1,000	
	Sig. (2-tailed)	,655	,453	,774	,956	,003	,300	,420	,	
	N	34	34	34	34	34	34	34	34	

\*. Correlation is significant at the .05 level (2-tailed).

\*\*. Correlation is significant at the .01 level (2-tailed).

O estudo de correlação de Pearson (Tabela 3), feito com a avaliação ponderada, mostra resultados semelhantes. A correlação mais forte se dá entre credibilidade e preocupação com o futuro.

Ressalte-se que nesta análise a correlação entre debate e teto do benefício é a mais fraca, o que pode indicar que em primeiro lugar as pessoas estão interessadas em garantir um mínimo que lhes permita a sobrevivência, para, infelizmente, depois se preocuparem com uma sobrevivência de qualidade.

Tabela 2 Correlação entre os fatores  
Fonte: os autores

		Estabilida- de	Crescimento informal.	Teto benef.	Diversif.	Preocupa- ção futuro	Debate	Incentivo	Credibilidade
Estabilidade econômica	Pearson Correlation	1,000	,068	,345*	,219	,028	,440**	,480**	,218
	Sig. (2-tailed)		,702	,046	,213	,875	,009	,004	,215
	N	34	34	34	34	34	34	34	34
Crescimento da informalidade	Pearson Correlation	,068	1,000	,138	-,089	,317	,301	,393*	,215
	Sig. (2-tailed)	,702		,435	,616	,068	,084	,021	,222
	N	34	34	34	34	34	34	34	34
teto do benefício	Pearson Correlation	,345*	,138	1,000	,232	-,057	,356*	,399*	,070
	Sig. (2-tailed)	,046	,435		,187	,751	,039	,019	,695
	N	34	34	34	34	34	34	34	34
Diversificação de produtos	Pearson Correlation	,219	-,089	,232	1,000	,256	,305	,155	,265
	Sig. (2-tailed)	,213	,616	,187		,144	,080	,382	,130
	N	34	34	34	34	34	34	34	34
Preocupação com o futuro	Pearson Correlation	,028	,317	-,057	,256	1,000	,160	,155	,671**
	Sig. (2-tailed)	,875	,068	,751	,144		,365	,382	,000
	N	34	34	34	34	34	34	34	34
Debate sobre a previdência	Pearson Correlation	,440**	,301	,356*	,305	,160	1,000	,544**	,260
	Sig. (2-tailed)	,009	,084	,039	,080	,365		,001	,138
	N	34	34	34	34	34	34	34	34
Incentivos fiscais	Pearson Correlation	,480**	,393*	,399*	,155	,155	,544**	1,000	,182
	Sig. (2-tailed)	,004	,021	,019	,382	,382	,001		,302
	N	34	34	34	34	34	34	34	34
Credibilidade do sistema público	Pearson Correlation	,218	,215	,070	,265	,671**	,260	,182	1,000
	Sig. (2-tailed)	,215	,222	,695	,130	,000	,138	,302	
	N	34	34	34	34	34	34	34	34

\*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

\*\*. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

## CONCLUSÃO

O objetivo inicialmente proposto para este estudo foi o de verificar se a crise da Previdência Social contribuiu para o aumento das aquisições por planos de Previdência Privada Aberta. Observadas as limitações próprias de um estudo baseado em amostras não-probabilísticas, corroborou-se exatamente o que foi sugerido no início do trabalho: o aumento da adesão aos planos de Previdência Privada Aberta tem relação direta com a crise da Previdência Social. Esta afirmação tem como embasamento prático a escolha das alternativas dos entrevistados que destacaram como principais motivos para a aquisição de um plano a preocupação com o futuro, o novo teto da aposentadoria estabelecido pela Reforma da Previdência Social e a falta de credibilidade no Sistema Previdenciário. Os estudos de correlação confirmam essa análise.

As informações obtidas por meio deste estudo são valiosas, uma vez que destacam como a população está reagindo diante da falência do Sistema Previdenciário brasileiro, e qual alternativa

está sendo utilizada pelo brasileiro para amenizar sua preocupação com o futuro. Cabe às instituições privadas, atentas a este mercado potencial, explorar essa necessidade e oferecer produtos que atendam a esse mercado, notadamente se articularem-se para explorar ao máximo as oportunidades criadas pelos incentivos fiscais. Como o problema previdenciário não é exclusividade brasileira, as instituições privadas deveriam avaliar as opções praticadas em mercados mais desenvolvidos, no intuito de oferecer produtos confiáveis.

Há oportunidades reais de crescimento da previdência privada, bastando que se ofereçam produtos viáveis para os 74% de respondentes, dentre os que não possuem planos, dispostos a aderirem ao sistema.

Já no âmbito da político-social, cabe aos legisladores, por meio da Reforma Previdenciária, o ajuste das contas públicas para postergar o inevitável: a falência do Sistema Previdenciário Brasileiro.

### **RECOMENDAÇÕES FINAIS**

Este estudo foi desenvolvido analisando-se apenas as pessoas que possuem planos de Previdência Privada Aberta e o principal motivo que as levou a adquiri-los.

Mediante análise dos dados verificou-se que há outros problemas de pesquisa que poderão ser seguidos como, por exemplo, entender como se dá o crescimento da procura por planos de Previdência Privada Fechada.

Também recomenda-se que sejam objetos de próximos estudos, a análise dos perfis das pessoas que não possuem Previdência Privada e principalmente os motivos que fazem com que elas não possuam, e seu interesse em adquirir um plano, para que se possa mensurar o potencial de mercado que a Previdência Privada pode ter diante da crise da Previdência Social.

Outro objeto de estudo, relacionado à possível relutância por parte das pessoas que não possuem previdência privada, diz respeito à eventual influência causada pela falta de confiança nos gestores dos recursos, visto que esse risco não pode ser desconsiderado quando da escolha de um plano.

### **BIBLIOGRAFIA**

ARRUDA, Maria da Glória Chagas. A Previdência Privada Aberta como relação de consumo. 2000. 329p. Tese (Mestrado em Direito Previdenciário). Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo.

ANAPP - Associação Nacional de Previdência Privada. Disponível em: <<http://www.anapp.com.br>> Acesso em: 17 set. 2003.

CIQUINE, Alessandra Paula.; SOUZA, Célia G.; GONÇALVES, Elcilene F.; SOUZA, Francisco G. Sistema previdenciário brasileiro. 2002. Trabalho de conclusão de curso. Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP. São Paulo

CLAPP, Jorge Faça você a sua aposentadoria. Conjuntura Econômica, São Paulo, p.45-49, jan. 2003.

LUBIATO, Kelly. Expectativa de Crescimento. Conjuntura Econômica, São Paulo, p.50-51, set. 2002.

MATESCO, Virlene Roxo. As empresas estrangeiras no mercado segurador brasileiro. *Conjuntura Econômica*, São Paulo, p. 62 e 63, Abr. 2003.

DATAPREV. Ministério da Previdência e Assistência Social. Disponível em <<http://www.mpas.gov.br>>. Acesso em 10/09/2003.

GUIMARÃES, José. Uma Contribuição à Avaliação Econômica e Financeira de Entidades Fechadas de Previdência Privada. 2001. p 52. Dissertação (Curso de Pós-graduação em Administração de Empresas). Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP.

MOTA FILHO, Weber. Análise da Previdência Social Brasileira, Face ao Crescimento das Previdências Privadas. 2000. 70p. Dissertação (Curso de Ciências Econômicas). Unicentro Newton Paiva. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA. Belo Horizonte. MG.

NERI, Marcelo. 40 milhões de trabalhadores sem previdência. *Conjuntura Econômica*, São Paulo, p.66, jun.2003

OLIVEIRA, Francisco E. B., BETRÃO, Kaizô I., FERREIRA, Mônica G. Reforma da Previdência. Rio de Janeiro: IPEA, Agos. 1997 (Texto de Discussão, 508)

PAGETTI, Juliana Labaki, CHAP, Luciana Chap, BARROS, Mariana Giordano, FERNANDES, Mário José de Brito. 1999. O crescimento e o futuro da Previdência Privada no Brasil Como Alternativa de Plano de Aposentadoria. Dissertação (Curso de Administração de Empresas). Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP. São Paulo. SP

RICIOLI, Reginaldo. O Marketing de Distribuição da Previdência Complementar Aberta. 2001. 72p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Centro Hispânico-Brasileiro de Cultura do Centro Universitário Ibero-Americano – UNIBERO. São Paulo. SP.

SILVA, Enid R.; SCHWARZER, Helmut. Proteção Social, Aposentadorias, Pensões e Gênero no Brasil. Brasília: IPEA, 2002 ( Texto de Discussão, 934)

SIQUEIRA, R. B. Todos Pagam, Mesmo Os Que Não Se Beneficiam Do Sistema. *Conjuntura Econômica*, São Paulo, p. 34 e 35, nov. 2002

SOUZA, Lucy. O mercado de capitais brasileiro no período de 1987/97. 1998. Tese (Doutorado). Instituto de Economia – Unicamp. Campinas

VELLOSO, Raul. Proposta de Salvação. *Conjuntura Econômica*, São Paulo, p.38, maio.2003